

# *Plano de Desenvolvimento Desportivo Municipal Apresentação de uma Proposta de Investigação*

**José Manuel  
Pelxoto**  
Assistente-  
convocado de  
Investigação  
do NIPE

**Fernando  
Parente**  
Mestre Europeu  
em Gestão de  
Organizações  
Desportivas

**José António  
Ribeiro**  
Professor de  
Economia  
Reg. e Urb.  
na Esc. de  
Economia e  
Gestão da  
Univ. do Minho

Esta comunicação não pretende ser a apresentação, mas sim, pretende motivar todos os responsáveis municipais pelo desporto e lazer a aderirem com as suas câmaras municipais ao projecto PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL - PDDM - do Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Universidade do Minho.

O PDDM vem reunir num só projecto dois interesses legítimos: (1) o legítimo interesse que a universidade tem na concepção, na elaboração e no teste de novos modelos e instrumentos de planeamento sustentado, no sentido de uma política económica local o mais racional possível, e (2) o legítimo interesse das câmaras municipais em verem esses modelos e instrumentos aplicados ao seu município, no sentido, conscientes das condições reais, elaborarem políticas o mais próximas dos interesses e opções dos seus municípios possível.

Resumidamente, o PDDM pretende desenvolver uma metodologia científica que permite reconhecer a médio - longo prazo a evolução das formas de organização do desporto e dos diferentes hábitos/comportamentos desportivos da população portuguesa, permitindo alicerçar as decisões políticas em favor do desporto para todos, já que o grupo da população activa no lazer e do desporto se encontra em directa concorrência com os outros grupos sociais no que diz respeito a espaços/terrenos municipais, suas localizações e respectivas fontes de financiamento.

O PDDM pretende ainda garantir uma aplicabilidade fácil e uma utilização para prática dos dados a obter, traduzindo as necessidades e realidades individuais de cada localidade para a formulação de objectivos políticos, desportivos e de planeamento geográfico.

À cabeça uma pequena nota: o PDDM é um pro-

jecto de investigação ambicioso. Ninguém diz o contrário! Mas, todos sabemos que precisamos de projectos ambiciosos que venham contribuir para o aumento real da nossa qualidade de vida e, todos sabemos também, que não podemos ficar à espera que a nossa qualidade de vida aumente por si só. Temos de intervir. Mãos à obra. Vamos reflectir. Vamos estudar. Mas vamos também passar à prática! Adiante.

O presente plano de trabalhos - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL, PDDM - foi elaborado por um grupo de investigadores do Núcleo de Investigação em Políticas Económicas da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Este grupo é liderado pelo investigador responsável, Professor Catedrático em Economia Regional e Local, Doutor José António Cadima Ribeiro, que pretende desenvolver um conjunto de trabalhos especializados no âmbito da temática PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E SUSTENTADO DE ESPAÇOS DE LAZER E DESPORTO AO NÍVEL REGIONAL E LOCAL.

A fim de garantir o sucesso deste trabalho de investigação foi convidado a integrar esta equipa o Mestre Europeu em Gestão do Desporto e Pós - Graduado pelo Instituto Nacional de Educação Física de Madrid em Gestão de Instalações Desportivas, Fernando Manuel Silva Parente. Actualmente, o Dr. Silva Parente é gestor desportivo nas instalações desportivas universitárias da Universidade do Minho, o que o torna num colaborador ideal para este PDDM.

Como Assistente de Investigação do Núcleo de Investigação e Políticas Económicas e doutorado em Economia e Gestão do desporto, irá dar o seu contributo para este trabalho, José Manuel Peixoto Viseu. O Dr. Peixoto Viseu irá garantir a articulação deste nosso grupo de investigadores portugueses com conhecimento e investigadores internacionais - particularmente da RFA

- especializados na área da projecção, planeamento e gestão de espaços desportivos.

## 2.0 Problema

O Planeamento da construção de espaços desportivos tem sido feito pelo governo central ao nível das grandes infra-estruturas desportivas. Mais recentemente, 1999, a Comissão Desporto Século XXI, presidida pelo Magnífico reitor da universidade do Algarve, Professor Doutor Adriano Pimpão, concluí um relatório sobre quatro meses de investigação das necessidades das instalações desportivos em Portugal, tendo em conta por base as seguintes informações:

- dados constantes da CARTA DESPORTIVA,
- consultas efectuadas junto das federações desportivas e índices de referência europeus para os diferentes tipos de instalações.

No seguimento deste estudo o governo português lançou um programa ambicioso de investimento em infra - estrutura desportiva ao nível nacional: o PRODED - PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS. Nele estão fixados os investimentos públicos em infra-estruturas desportivas de carácter regional e nacional para os próximos 10 anos. O PRODED vai aproveitar os dinheiros públicos europeus do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio entre 2000 e 2006, e totaliza investimentos europeus avultados, assim como de correspondentes recursos financeiros nacionais.

Se para os espaços de grande dimensão e área de influência nacional o governo central está atendo e motiva um desenvolvimento sustentado, isso já não acontece com a criação de espaços de lazer e desporto locais por parte dos municípios. Os espaços sociais vocacionados para servir a comunidade desportiva local são resultado de uma decisão política pouco fundamentada e

quase nunca apoiada por instrumentos empíricos credíveis.

Excepção constitui p.ex. a encomenda de um estudo sobre a procura desportiva no concelho da Trofa da Comissão Instaladora deste Município à empresa de consultoria desportiva Soluções Sport, com a finalidade de projectar os espaços desportivos no concelho.

O nível de intervenção mais próximo dos cidadãos portugueses - o município e freguesia - aquele em que o Estado Português por via das suas autarquias e juntas consegue estar mais perto de cada cidadão português, infelizmente, é deixado ao acaso ou à habilidade de alguns, ainda poucos, técnicos desportivos especializados das câmaras municipais.

Mas, é ao nível local que a qualidade do serviço público desportivo é mais visível. Ele deve respeitar a procura e a oferta desportivas, e outras nuances locais!

### **3.Relevância Prática**

Este trabalho vem dar ênfase a uma área de estudo pouco discutida e desenvolvida em Portugal. Ao mesmo tempo, constitui o primeiro passo num projecto que irá decorrer durante vários anos. Este projecto de investigação na área da ECONOMIA & GESTÃO DO DESPORTO, mais precisamente na área do PLANEAMENTO SUSTENTADO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS, pretende ter como resultado um conjunto de instrumentos científicos de apoio à projecção de necessidade e estratégias de desenvolvimento desportivo local.

Desde o primeiro momento deste estudo que projectamos a sua aplicação e a sua validade no terreno, na prática do dia-a-dia e, logo, a sua validação empírico-científica. Até ao dia 31 de Dezembro de 2000 pretendemos angariar um número considerável de câmaras municipais

dispostas a aplicar e validar empiricamente a fórmula individual de desenvolvimento desportivo sustentado que estamos dispostos a criar para cada uma delas. O nosso serviço à comunidade local inclui o acompanhamento ao nível consultoria técnica e científica assim com a formação contínua dos profissionais/técnicos camarários responsáveis pela gestão dos espaços desportivos municipais.

Um outro efeito colateral positivo ao longo dos anos que irá decorrer o PDDM, é a constituição de um grupo de trabalho altamente qualificado para responder a futuras consultas externas relacionadas com esta temática. Para tal trabalhamos em conjunto com outros parceiros internacionais especializados (como p.ex. a Associação Internacional para Infra-Estruturas Desportivas, IAKS, e o Instituto para as Ciências do Desporto, BISp).

A Universidade do Minho, com o incentivo do Dr. Silva Parente, pretende ainda divulgar a Associação Internacional para as infra - estruturas Desportivas (IAKS) em Portugal e estimular para breve a criação de uma IAKS Portugal.

### **4.Política de Desenvolvimento Desportivo Local**

Conscientes dos timings políticos na vida camarária portuguesa, este projecto foi concebido de forma a desenvolver-se por fases. Cada fase respeita os períodos eleitorais autárquicos, os consequentes períodos de reorganização da política (desportiva) local e os orçamentos municipais anuais.

As câmaras municipais que vierem a integrar PDDM podem abandonar o mesmo em qualquer uma das suas fases. Não será possível aderir a este projecto no decorrer do mesmo, já que as suas partes integrantes se vão construindo uma

sobre a outra e assim sucessivamente.

Um dos desafios consiste, precisamente, em levar a avante um projecto por um período alargado de anos, sempre na óptica de uma independência total dos investigadores relativamente a questões da vida política dos municípios.

A questão central é:

**"QUE INSTALAÇÕES E POSSIBILIDADES (OPORTUNIDADES) DESPORTIVAS DEVEM SER PLANEADAS HOJE E NO FUTURO, EM QUE QUANTIDADES, COM QUE FINALIDADES DESPORTIVAS E COM QUE TIPO DE CONSTRUÇÃO, COM QUE EQUIPAMENTOS E QUAL A SUA LOCALIZAÇÃO?"**

Para tal, será necessário responder primeiro à questão sobre que grupos de habitantes praticam que tipo de actividades/modalidades com que frequência (número/tempo) e em que tipo de espaços, com que tipo de localização hoje e no futuro.

## **5. Plano Director Municipal (PDM)**

Este PDDM bem podia ser denominado de "PDM Lazer, Cultura e Desporto", já que na realidade tentamos apoiar, com dados específicos, a decisão política municipal não apenas ao nível do Desporto, mas também ao nível da Cultura e do Lazer. Os espaços desportivos são aqui encontrados com tendo uma valência múltipla no dia-a-dia dos Municípios Portugueses.

Aliás, quando nos referimos ao termo "Desporto" estamos na realidade a falar de lazer activo e actividades físicas, ou seja, de formas de movimento humano praticadas com ou sem regularidade, objectivando o rendimento máximo ou lazer e recreação puros, no seio de todo o tipo de instituições (clubes, escolas, empresas, etc.) ou fora de quaisquer contextos e sistemas insti-

tucionais ("do - it yourself").

Os valores de referência para a instalação ou não de infra-estruturas desportivas nos municípios prendem-se, independentemente das decisões políticas, ainda hoje, com o metro quadrado padronizado. Esta forma de projectar não tem em conta as circunstâncias sócio - económicas específicas de cada região ou localidades, tornando-se difícil provar a existência de uma procura superior (ou inferior) para uma determinada população, já que esta forma ultrapassada de projectar espaços desportivos não conhece alterações demográficas, nem distingue situações locais diferentes.

## **6. Objectivos e Serviços**

Atenção! O PDDM não pretende dizer aos responsáveis políticos o que devem e o que não devem fazer. Apenas - e tão somente! - pretende criar um conjunto de instrumentos de levantamento de dados cientificamente validados para:

- aferir a quantidade e a qualidade da procura de bens e serviços associados às actividades de lazer e desporto dos municípios,
- a quantidade e qualidade da oferta de bens e serviços associados às actividades de lazer e desporto,
- projectar as necessidades reais de espaços de lazer e desporto a longo prazo,
- proceder à formação específica e acompanhamento individualizado dos técnicos responsáveis pela gestão de desporto municipal destacados pela sua autarquia para serem co-responsáveis ao nível local pela execução do conjunto de estudos anteriormente referenciados e auxílio na exploração da base de dados daí resultantes para o caso específico do seu município,
- efectuar relatórios técnicos e científicos específicos e individualizados,

acompanhar o planeamento, a projecção e a implantação dos diferentes tipos de espaços de lazer e desporto no terreno, tendo em atenção sobretudo a sua polivalência, baixo custo, facilidade de manutenção; aproveitando a longevidade e adaptação às populações especiais; numa fase terminal, proceder à reciclagem e formação profissional contínua para os gestores desportivos e à assessoria para a dinamização cultural e desportiva de novos espaços desportivos resultantes do PDDM; reaver e avaliar periodicamente necessidades, espaços e gestão desportiva, elaborando novos pareceres técnicos e científicos e finalmente todos os dados recolhidos - como por exemplo fotografias, cartas topográficas, bases de dados, projectos de arquitectura, mapas, estatísticas, resultados, tabelas, textos, pareceres técnicos e científicos, etc. - podem ainda ser disponibilizados e compostos numa versão digital em formato html. Esta aplicação informática, se assim for desejado, poderá estar preparada para ser directamente aplicada e introduzida no site da respectiva câmara municipal.

## **7. Primeira Fase**

A Primeira Fase do PDDM é constituída pela reflexão crítica em torno da análise das políticas económicas e desportivas para espaços de desporto e lazer locais, apostando forte (1) numa pesquisa internacional alargada, (2) na materialização de indicadores específicos à procura de espaços desportivos, (3) na caracterização dos parâmetros desportivos específicos à avaliação da oferta de espaços desportivos e (4) na organização de uma conferência de especialistas, que irá permitir a apresentação e discussão pública do seu enquadramento teórico final com espe-

cialistas e cientistas na matéria.

Igualmente importante será (5) angariação de parceiros e câmaras municipais interessadas em aderir ao PDDM. Como foi dito anteriormente, as câmaras municipais devem aderir ao projecto até dia 31 de Dezembro deste ano. Durante todo o ano de 2001 serão preparados os levantamentos de dados a efectuar durante o ano seguinte, 2002.

Uma situação ideal para o levantamento, caracterização e projecção de espaços desportivos é a adesão de um conjunto mais ou menos homogéneo de municípios, pertencentes a uma determinada área geográfica, possivelmente inseridos na mesma associação de municípios.

Isto permite mais tarde reduzir os erros de projecção de espaços desportivos e de lazer, já que existem infra-estruturas que têm um impacto para além dos limites de um concelho. Além disso, em certas zonas geográficas, as populações mais distantes dos seus centros concelhios acabam por utilizar muitas vezes os espaços desportivos de outros concelhos que não aquele a que pertencem.

Temos consciência do facto de que o investimento em infra-estruturas desportivas, quando confrontado com taxas de utilização e aproveitamento posteriores à sua implantação, sai muito mais "barato" nos meios urbanos do que nos meios rurais. No entanto, estamos convictos que todos os portugueses têm o direito a um serviço mínimo de espaços para a vivência dos seus momentos de lazer e desporto. A qualidade de vida diz respeito a todos! Simplesmente, as estruturas a construir nos espaços rurais terão, porventura, de possuir um maior grau de flexibilidade e universalidade (ensino, feiras, concertos, assembleias, etc.).

As câmaras municipais envolvidas nesta Primeira fase - fase de preparativos para o seu número de municípios e a sua área geográfica,

disponibilizar os técnicos necessários para fazer ponte entre o responsável do projecto no NIPE afecto à sua área camarária e a sua própria câmara municipal.

## **8. Fases Posteriores e Custos**

Resumidamente, ao nível científico, pretendemos durante o ano de 2001 (1) reunir e discutir os indicadores necessários para poder avaliar a procura desportiva da população portuguesa, (2) criar o primeiro site na Internet do PDDM, (3) reunir e discutir os parâmetros a ter em conta na avaliação da oferta desportiva de espaços e serviços desportivos em Portugal, (4) recriar uma fórmula portuguesa para a projecção das necessidades de espaços desportivos para um período de 15 a 20 anos, (5) apresentar publicamente e discutir com especialistas a fórmula criada, (6) proceder às alterações convenientes na fórmula e (7) iniciar um processo de formação dos colaboradores directos do PDDM para a utilização das metodologias criadas.

Para 2002 (1) acompanhar os gestores/técnicos desportivos municipais na realização concreta dos estudos com base na metodologia nova e (2) auxiliar os municípios na introdução e exploração de dados, assim como (3) na interpretação dos resultados.

Para 2003 (1) colaborar com os gestores/técnicos desportivos municipais na elaboração dos relatórios técnicos e científicos específicos para cada um dos municípios envolvidos, assim como (2) proceder à sua renovada discussão pública ao nível local.

Para 2004 (1) acompanhar o planeamento, a projecção e, eventualmente, a implantação dos diferentes tipos de espaços desportivos no terreno, tendo em atenção sobretudo a sua polivalência, baixo custo, facilidade de manutenção,

aproveitamento, longevidade e adaptação às populações especiais.

Num período posterior (1) proceder a reciclagens e formação profissional contínua para os gestores desportivos camarários, (2) dar assessoria para a dinamização desportiva e cultural dos novos espaços desportivos, (3) reaver periodicamente necessidades, espaços e gestão desportiva, (4) elaborar novos pareceres técnicos e científicos e (5) disponibilizar as bases de dados informatizadas para os sites da Internet camarários.

Um objectivo a longo prazo é a criação de um observatório técnico e científico, responsável pelo estudo periódico das necessidades populacionais, das infra-estruturas e da gestão desportiva, já que permitirá elaborar pareceres técnicos e científicos, que, ao serem informatizados e disponibilizados à comunidades em geral, constituem um avanço significativo no planeamento estratégico e sustentado de espaços de lazer e desporto em Portugal.

Um outro objectivo a longo prazo é a criação em volta da IAKS Portugal de um laboratório de teste e certificação de qualidade e segurança de espaços, materiais, equipamentos, produtos, artigos, serviços, etc. relacionados com o desporto, com secções de Fisiologia e Biomecânica do desporto, onde pela primeira vez em Portugal p.ex possam ser realizados estudos sobre o impacto das actividades de lazer e desporto no meio ambiente (Ecologia do Desporto).

### **Custos**

Os custos associados à realização do PDDM nas diferentes câmaras municipais prendem-se com a disponibilização de um gestor para o projecto, de técnicos para o levantamento e tratamento dos dados, das despesas decorrentes do próprio PDDM enquanto projecto de investigação do

NIPE, envolvendo recursos humanos e materiais. Quanto maior for o número de câmaras municipais aderentes, mais barato será o PDDM para cada uma delas. As câmaras municipais devem contribuir financeiramente para o PDDM de acordo com o número de habitantes do seu concelho e a extensão da sua área geográfica.

## **9. Abordagem**

A abordagem escolhida pelo grupo de investigação do NIPE passará por diversas fases, tentando empreender e esclarecer os seguintes termos, acções e temas:

- objectivos e conteúdos do planeamento do desenvolvimento de espaços desportivos (tipologias, modalidades e modalidades principais, formas de organização do desporto, eventos de competição, infra-estruturas desportivas e oportunidades desportivas, educação física e desporto escolar e o desporto da população local);
- identificação mais concreta das fases do pro-

jecto (análise, formulação de objectivos, levantamento de oferta de espaços e actividades, avaliação de espaços desportivos e formulação de necessidades com base em dados primários e secundários, em tipos de atleta, em procura de lazer, desporto e espaços desportivos, em parâmetros de planeamento);

- planeamento mais concreto a longo prazo das fases;
- análise procura-oferta;
- planeamento de acções concretas;
- prognóstico dos efeitos colaterais (externalidade positivas e negativas);
- decisões sobre objectivos e acções finais;
- controlo e acompanhamento das medidas adoptadas;
- fomento de exemplos práticos;
- considerações gerais sobre o futuro dos PDDMs.

A fórmula esperada deverá ter uma aplicação fácil e individualizada para os centros de projecção, planeamento e gestão dos espaços desportivos municipais.